



X

IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Territórios: Cidades e Campos [AT]

O 'DIREITO À CIDADE' – O CASO DA GALERIA DE ARTE PÚBLICA NA QUINTA DO MOCHO (LOURES)

CHAVES, Henrique
Mestrado em Sociologia, FCSH/NOVA, henrique.chaves.costa@gmail.com

Resumo

No início de 1980 teve início a ocupação de prédios inacabados por famílias de imigrantes oriundas dos PALOP na Quinta do Mocho (Loures). Os seus moradores foram realojados entre 1999-2002. Historicamente reconhecido como um bairro ligado à marginalidade urbana, com problemas relacionados com a criminalidade e a falta de serviços públicos, passou por um processo de realojamento dos moradores entre 1999- 2002. A partir de 2014 o bairro passou a ser reconhecido pelo seu projecto da Galeria de Arte Pública (GAP) e não pelos problemas sociais aos quais estava comumente associado. Como consequência, começou a ser mencionado na comunicação social e a ser divulgado como um bairro convidativo e atractivo. De tal modo que deixou de ser “hostil” aos seus visitantes e, para além disso, como alguns moradores afirmam, já não é um bairro do qual os mesmos tenham vergonha de dizer que pertencem. A elaboração da GAP, uma galeria de projectos de *street art* que cobrem as empenas dos prédios do bairro, partiu da iniciativa do executivo da autarquia local de Loures, sendo realizada com apoios de moradores do bairro. Citando as alterações significativas no bairro: passou a existir uma carreira rodoviária com paragem no bairro, contrariando a situação anterior de inexistência de transportes rodoviários no bairro; o mesmo se verificou no caso dos táxis, que começaram a circular dentro do bairro. Esta transformação contribui para refletir sobre o que é arte pública, nestes contextos, e se neste caso permite aos moradores adquirir ferramentas políticas para reivindicarem o seu “direito à cidade” (Lefebvre 1968). Em suma, tenho como ponto de partida saber se GAP é uma ferramenta que concede aos moradores bases para reivindicarem o seu “direito à cidade”.

Abstract

The occupation of incomplete buildings by families of immigrants from the PALOP in the neighbourhood of the Quinta do Mocho (Loures) took place in the start of the 1980's. They were relocated between 1999-2002. Historically the neighbourhood has been connected with several social problems, ranging from criminality, urban delinquency or lack of access to social services. From 2014 forward the neighbourhood has been recognised for its project “Galeria de Arte Pública (GAP)” and not for its social problems to which it was commonly known. As a consequence it started to be mentioned by the media and divulged as an inviting and attractive neighbourhood. This became even clearer when the neighbourhood stopped being “hostile” to its visitors, and its inhabitants stopped being ashamed of the area they lived in. The GAP, a gallery of Street Art projects that cover the façade of various buildings, started by initiative of the local autarchy of Loures, with the assistance and participation of the neighbourhoods inhabitants. Significant changes operated in the neighbourhood: Bus routes started being established in the neighbourhood (where previously there was none); Taxis also started operating in the zone. This changes contribute to a needed reflection about what Public Art is, in this contexts, as in this case it allows the inhabitants of the neighbourhood to acquire political tools to demand their “right to the city” (Lefebvre 1968). The starting point for this work is to know if the GAP is an important tool that gives the inhabitants a foundation from which to claim their “right to the city”.

Palavras-chave: “Quinta do Mocho”, “direito à cidade”, “arte pública” e “*street art*”.

Keywords: “Quinta do Mocho”; “right to the city”; “public art” and “street art”.

[COM0563]

Nas ruas da Quinta do Mocho, agora transformadas em percurso de uma galeria de arte, podemos ver mais de sessenta obras de vários artistas de *street art* nacionais e estrangeiros, nomes sonantes nesta área que aceitaram dar o seu contributo, de forma gratuita, e pintarem empenas de vários prédios desta localidade. Das tantas obras que foram realizadas neste bairro, gostava de dar destaques a obra do *writer* Nomen. Nesta obra vemos uma mulher negra a tirar uma máscara de uma mulher branca do seu rosto. Nas visitas guiadas, onde os moradores apresentam as obras presentes no bairro, esta é apresentada como uma obra muito significativa para a realidade deste bairro. Antigamente as pessoas tinham tanto medo de dizer de onde eram, que por vezes pediam a morada a um amigo para colocar no curriculum, evitando usar a sua morada. Reconhecer o local de onde vinham era visto como um problema. A Galeria de Arte Pública – GAP em certa medida possibilitou, segundo o discurso daqueles que apresentam esta obra nas visitas guiadas, que os moradores tivessem orgulho do bairro onde vivem. Esta obra do Nomen, que parece ter sido inspirada no livro do Frantz Fanon¹ (ANO) – *Peles Negras, Máscaras Brancas* –, tem características que a torna paradigmática nos resultados do meu trabalho de investigação sobre a Quinta do Mocho, que vou procurar traduzir aqui alguns destes resultados.

Esta acta é então reflexo do trabalho de investigação sobre a Quinta do Mocho realizado para a minha tese de mestrado. Metodologicamente, foi realizado um trabalho etnográfico na Quinta do Mocho, com uma ida periódica regular ao bairro, sendo que o trabalho etnográfico não ficou restrito às fronteiras daquela localidade, sempre que foi necessário estive fora do bairro com moradores a acompanhar os seus projectos e/ou trabalhos relacionados com a GAP. Foram realizadas uma série de entrevista semi-directivas a moradores, dirigentes associativos e religiosos, a uma vereadora² do município de Loures com trabalho relacionado com a Quinta do Mocho e à GAP, como também foram entrevistados artistas que realizaram trabalhos para a GAP.

1. De ocupação informal de torres devolutas à galeria de arte – fragmentos da história da Quinta do Mocho

Sobre a Quinta do Mocho, a história do bairro começa num plano de urbanização para a Quinta do Mocho onde era prevista a construção de 1900 fogos, 400 dos quais destinados a habitação social, isso em meados da década de sessenta. Em 1969 houve discórdias entre a Camara Municipal de Loures e a empresa detentora do terreno estando as obras já em andamento com as infraestruturas e arruamentos. Acrescenta-se ainda que a seguir ao 25 de Abril o processo ganha novos contornos, as obras são paralisadas em 1978, e desde essa altura nunca foram retomadas. Uma série de questões burocráticas impedem o avançar das obras. Ao mesmo tempo os terrenos começam a ser ocupados durante o início dos anos oitenta, no final desta mesma década começam a ser realizados recenseamentos a população que ocupavam tanto os prédios inacabados como as casas construídas informalmente nos seus arredores. Foram contabilizadas 63 famílias em 1989, mas depois de vários censos, em 1997 poucos anos antes do início do processo de realojamento, já se contavam 801 famílias (3842 indivíduos). A grande maioria destes residentes em situação de informalidade são imigrantes vindos principalmente dos PALOP, neste caso de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Como explicação desta subida de moradores, é apontado o reagrupamento familiar das famílias imigrantes que traziam as suas famílias e amigos dos seus países de origem. O facto é que devido às questões burocráticas o processo de desalojamento de moradores não avançava, como era do interesse da empresa detentora do terreno, e claro a notícia de um possível realojamento dos moradores surtiu como efeito de atracção a novos moradores para ocuparem e construir casas no terreno, com o intuito de no fim de ser incluído no processo de realojamento. Durante os anos de ocupação esses moradores equiparam as suas casas dentro das torres inacabadas, no terreno foram construídas mais de 200 unidades, contudo ainda assim viviam num contexto de grande insalubridade, sem saneamento básico, onde o lixo era acumulado ao lado dos prédios, os esgotos desciam das paredes dos prédios. O processo de realojamento foi demasiado lento. Devido a várias questões burocráticas e pela falta de apoios económicos para a sua existência ainda que tenha sido adiantado (por risco de derrocada dos prédios) no ano para começar a ser realojado os moradores,

este só começou em 2000 e as últimas famílias a mudar-se para o “novo Mocho” foi em 2002 (Malheiros e Letria 1999; Esteves 2004; Ramalho e Trovão 2010).

O poder autárquico em Loures alterou-se na mesma altura que o processo de realojamento estava a terminar. Como tal, temos esta configuração de partidos políticos na Direcção Autárquica de Loures (CDU/APU até 2001; PS até 2013). A partir de meados de 2013 há uma nova mudança do governo autárquico passando a ser liderada, novamente, pelos autarcas da CDU, sendo que é esta direcção que se encontra neste momento a exercer funções. É sobre a política pública (a GAP) do executivo actual que direciono o meu objectivo de investigação. Mas é uma política que teve origem no executivo anterior e na localidade da Quinta da Fonte que também passou por um processo de realojamento. De forma interessante, um dos discursos da vereadora e de alguns moradores entrevistados é que houve um período de afastamento do poder autárquico com os moradores da Quinta do Mocho no executivo camarário anterior. Nos seus discursos, este distanciamento foi reforçado com a falta de estruturas sociais básicas dentro do bairro, como por exemplo, a inexistência de autocarros a passar pelo bairro, faltas de limpezas regulares, etc... Durante este período o Mocho, diversas vezes, só era lembrado na comunicação social quando lhe era dado destaque sobre notícias negativas relacionadas a violência, tráficos e rusgas policiais.

O projecto de Galeria de Arte Pública na Quinta do Mocho teve início em 2014 com uma assembleia realizada pela Camara em conjunto com os moradores. Onde o executivo actual teve o primeiro contacto mais alargado com os moradores do bairro, neste sentido o trabalho desenvolvido foi destinado a planificação dos trabalhos a desenvolver na Quinta do Mocho, segunda a vereadora a realização da segunda edição do Festival o Bairro I O Mundo, que juntou os bairros da Quinta do Mocho e a Quinta da Fonte é assim o primeiro grande projecto a lançado na Quinta do Mocho. O festival contava com espetáculos de dança, concertos, e pinturas de murais de graffitis nas empenas dos prédios. Após o festival, foi dada continuidade à pintura de mais trabalhos artísticos nas empenas dos prédios do Mocho, começaram a ser realizadas visitas guiadas pelo bairro para dar a conhecer as obras.

2. Apontamentos teóricos

Para Lefebvre os bairros suburbanos “*são marcados por um caracter funcional e abstracto: o conceito de habitat levado à sua forma mais pura pela burocracia do Estado*” (Lefebvre 1968, 31). São deste modo dormitórios humanos. Este autor aprofunda ainda mais a sua tese, afirmando que nestes bairros a consciência social vai-se dissipando, pois os habitantes deste bairro estão distanciados da “sua obra”, ou seja, dos meios de produção. É aqui que me interessa fundamentalmente a sua discussão, perceber até que ponto os moradores alienados da “sua obra” começam a ganhar consciência da necessidade do seu “direito à cidade” quando confrontados com a GAP e toda a discussão que esta origina.

Dos contributos teóricos sobre o direito à cidade, David Harvey (2008) afirma que há uma apropriação dos estilos de vida e do comércio de comunidade por aquilo que ele chama «novo urbanismo», associado a isto há a defesa dos valores da propriedade privada, onde são colocados moradores contra moradores na defesa de interesses individuais. Não esquecer ainda a forte e crescente polarização entre ricos e pobres na cidade moderna. Desta separação surgem dentro das cidades dois modelos de construção distintos, por um lado, um com boas condições, com um forte aparato de segurança e do outro lado há as camadas pobres, que vivem em condições insalubres. O confronto entre estes dois é uma constante. Surge de dentro das cidades movimentos de resistência que se tentam defender do avanço político do Capital dentro das cidades, que são normalmente silenciados pelo aparato do Estado apoiado pelos detentores de terra. A solução do problema da habitação por parte da burguesia, como afirmou Engels, não chegará a lado nenhum, será reprodução dos problemas antigos. Pois, a necessidade de economia de ter lucro será uma constante. (cf. Harvey 2008, 81-83). Por fim, a questão para este autor é colocada neste sentido, se o humano constrói a cidade e tudo à sua volta, forçosamente tem direito à cidade, porque a cidade é em último caso extensão de si.

Löic Wacquant (2001) surge nesta tese para se problematizar o que podemos entender como «bairro de lata» no contexto português, apesar de o autor não estudar este contexto em concreto, ele faz uma discussão com outros contextos (norte-americano e francês) que é possível utilizar como referencial para o contexto português. Na análise realizada sobre o contexto norte-americano vemos que o autor afirma o facto de que há uma política de repressão punitiva nas classes trabalhadoras e acentua-se caso forem negros, aliada a isto há ainda aquilo que o autor chama de «colapso das instituições públicas» e o abandono urbano por parte do Estado. Com isso, a Quinta do Mocho configura-se com um conjunto habitacional altamente isolado, como uma espécie de «região de exílio». O autor afirma que entre os dois contextos (norte-americano e francês) há diferenças na composição destes bairros e na sua relação para com o Estado. No caso da Quinta do Mocho considero neste momento que há uma forte homogeneidade na presença de imigrantes negros e a relação com Estado, pode ser encarada em dois momentos distintos, um antes e depois da GAP, sendo que antes era um desligamento para com o Estado e o depois (entendamos como o “agora”) uma relação aproximada para com um órgão que se pode entender como o Estado, mas neste caso o Estado local, a CMLoures.

3. Uma galeria e um bairro precário

O bairro é hoje uma galeria de arte, reconhecido por isso, e não pelos problemas sociais aos quais estava associado. Como consequência, começou a ser mencionado na comunicação social e a ser divulgado como um bairro convidativo e atractivo. De modo que deixou de ser “hostil” aos seus visitantes. Consequentemente ocorreram alterações significativas no bairro: passou a existir uma carreira rodoviária com paragem no bairro, contrariando a situação anterior de inexistência de transportes rodoviários no bairro; o mesmo se verificou no caso dos táxis, que começaram a circular dentro do bairro; até mesmo as limpezas de rua, que antes eram mensais, actualmente são mais regulares, acontecendo semanalmente, construções de rampas para moradores deficientes. Actualmente, segundo a Camara Municipal, está para iniciar a colocação de portas nos prédios onde estas se encontrem deterioradas, e iniciou-se a drenagem de água acumulada na parte inferior dos prédios, que dava origem a muitos mosquitos. Para muitos moradores, estas mudanças são positivas, mas ainda assim estão a acontecer timidamente. Os mesmos reivindicam mais transformações concretas para o seu bairro, no caso dos transportes, por exemplo, a existência de mais transportes e que incluam o horário noturno, melhorias e manutenção dos espaços de lazer, com especial atenção para os espaços destinados aos parques infantis. A questão do desemprego é uma agravante, o bairro que é considerado um dos locais mais jovens do município de Loures, tem uma grande população jovem acima dos 18 anos desempregada, a somar muitos jovens encarcerados. O desemprego e a falta de oportunidades de trabalho é um problema paradigmático que encontrei no meu trabalho de campo de forma constante. Ao frequentar reuniões de moradores e de jovens e também tendo acompanhado de perto vários moradores, percebi-me que muitos jovens se confrontam com o desemprego e com poucos rendimentos, esta realidade foi uma constante nos jovens que realizam as visitas guiadas pela GAP. São quase todos moradores do bairro³, mas na generalidade com vidas precárias, sendo que para os mesmos o seu trabalho voluntário para a realização das visitas guiadas pode surgir como um impulsor de uma actividade laboral associada a GAP, mas que dificilmente têm avançado devido às dificuldades que os mesmos encontram em realizarem um projecto burocraticamente legal, que possam tirar proveito das visitas.

Por um lado, e apesar deste cenário de profunda precariedade que vai desde a ausência de trabalho, à forte dificuldade na mobilidade urbana, ao isolamento espacial a que se encontra a urbanização de prédios de realojamento a perspectiva da vereadora é que foram dados passos importantes para a melhoria de vida dos moradores do Mocho, estes passos dados com o rompimento da marginalidade a que os moradores eram classificados e como tal na opinião os moradores sentem que pertencem a «algo»:

Mas sobretudo as pessoas da Quinta do Mocho desde a nossa intervenção fazem parte deste concelho. Sabendo das dificuldades e tudo isso. Não se sentem marginalizadas e estigmatizadas como até aqui. E eu acho que isso muito importante, um trabalho muito importante. (excerto da entrevista a vereadora)

Por outro lado os artistas que realizaram os trabalhos, são motivados por um discurso genérico que os seus trabalhos incentivam as mudanças concreta na mudança de auto-estima dos moradores e na visão que temos sobre um bairro como este, apesar de não serem isentos de críticas ao modo como isto tenha sido feito. Por fim, na perspectiva dos moradores do discurso que recolhi no terreno é de que o “bairro está muito melhor”, não sendo mais aquilo que era, onde as pessoas assumem a pertença ao bairro, identificando essas melhoras concretas no seu dia-a-dia, mas é notável que os próprios moradores começam a se confrontar com os limites desta política pública. Porque ela por si própria não resolve os problemas do bairro e acaba melhorando a fachada dos prédios, mas as suas vidas continuam a ser mesmas.

4. Questões para uma conclusão

Voltando ao trabalho do Nomen podemos terminar como começámos, repensando aqui um problema importante. Esta obra têm um grande significado na metáfora que apresenta dos moradores do bairro a tirarem a sua mascara, ou seja, a mostrar quem são. Mas esta mesma obra pode ser entendida do ponto de vista mais problemático como uma nova fachada que se coloca sobre o bairro, onde os reais problemas do bairro podem ser ocultados para se ver esta obra de arte. O direito à cidade deambula por esta problemática. Se os moradores não conseguem ter acesso pleno aos seus direitos, podemos falar então de direito à cidade? É necessário pensar então os limites desta política pública, que neste momento começa a ser replicada em vários concelhos e freguesias pelo país. E qual é a sua função real: ocultar uma realidade ou ser um meio para que os moradores consigam mudar a sua realidade.

Referências

Esteves, Alina Isabel Pereira (2004). *Imigração e Cidades: Geografias de Metrôpoles Multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C.*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Fanon, Frantz (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. EDUFBA, Editora da Universidade Federal da Bahia

Harvey, David (2008). O Direito à Cidade, *Lutas Sociais* 29,73-89.

Lefebvre, Henri (1968). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre.

Malheiros, Jorge e Letria, Pedro (1999). *À Descoberta dos Novos Descobridores*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Ramalho, Sónia e TROVÃO, Susana (2010). *Repertórios Femininos em Construção num Contexto Migratório Pós-Colonial: Modalidades de Participação Cívica – Volume 2*. Lisboa: Alto-Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)

Wacquant, Loïc (2001). “Gueto, banlieue, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana”, Comunicação apresentada no *XXU Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Caxambu, ANPOCS.

¹ Das entrevistas realizadas para a tese e para esta acta, não foi possível entrevistar o Nomen, por isso, não tenho certeza se há uma inspiração directa na obra do Fanon.

² Vereadora Maria Eugénia Coelho - Departamento da Educação; Departamento de Coesão Social e Habitação; Departamento de Recursos Humanos.

³ No total, foram acompanhados 4 jovens. O que vive fora de Portugal trabalha na Holanda em projectos ligados a música. Para além deste os outros três jovens encontram-se desempregados ou a trabalhar esporadicamente. Um dos jovens está a terminar a sua licenciatura, outro saiu recentemente da prisão, e o terceiro têm um filho com menos de dois anos e cuida deste sozinho, com grandes dificuldade de trabalhar e cuidar do seu filho em simultâneo.